



Educação do campo e questão agrária: caminhos para a emancipação humana dos povos do campo

Field and land education: paths for the human emancipation of rural peoples

LIMA, Maria Noelia de Sousa¹; COUTINHO, Célio Ribeiro²; BARBOSA, Ademilson de Sousa³, ALENCAR, Benedito Montenegro⁴, SILVA, Thais Gabrielly Maria⁵

¹Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação de Itapipoca; e-mail: maria.noelia@aluno.uece.br;

²Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação de Itapipoca, e-mail: celio.coutinho@uece.br

³SECRETARIA DE Educação do Ceará; e-mail: ademilson.barbosa@prof.ce.gov.br

⁴Faculdade de Educação de Itapipoca/FACEDI, Universidade Estadual do Ceará/UECE, e-mail: benedito.alencar@uece.br

⁵Universidade Estadual do Ceará, e-mail: thaisinha.gabrielly@aluno.uece.br

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Ancestralidade, terra e território

Resumo: O presente estudo tem por objetivo analisar a relação da propriedade da terra com a emancipação humana dos povos do campo, na perspectiva de fortalecer a educação do campo. Este trabalho possui relevante importância para a agroecologia, pois aborda temáticas centrais deste campo, como: propriedade da terra, emancipação humana dos povos do campo e questão agrária. A metodologia utilizada no desenvolvimento deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, onde por meio dela alcançou-se informações, dados e categorias, que, ao serem estudados e analisados, demonstram que a propriedade da terra é um fator primordial para a emancipação humana dos povos do campo.

Palavras-chave: trabalhadores do campo; terra; posse.

Introdução

O Laboratório Universitário de Educação Popular, Trabalho e Movimentos Sociais, da Faculdade de Educação de Itapipoca, desenvolve um importante trabalho na perspectiva da formação política, crítica, popular e ecológica dos estudantes, sobretudo dos filhos e filhas da classe trabalhadora da região de Itapipoca. Neste sentido, por meio de vivências, leituras e discussões no projeto de extensão “Educação do Campo, Agroecologia e Terra (Educaterra)” e na disciplina de “Agroecologia, campesinato e educação” emergiu uma discussão que muito me inquietou; trata do tema questão agrária no Brasil. Logo, surge o interesse em procurar entender quais seriam suas implicações e suas características, ou seja, a relação desse tema com a terra e como se materializa na vida da população do campo. Para dar luz a essa discussão, Stédile, 2003, pontua que:



A terra deve ser entendida como sendo um bem da natureza a serviço de toda a sociedade. Um bem de todos para atender às necessidades de todos. [...] a terra é um bem fundamental da natureza que não pode estar aprisionada pela propriedade privada absoluta, em que o proprietário faz o que quiser. A terra não é uma mercadoria. Ela não é fruto do trabalho humano e ninguém pode ter direito absoluto sobre ela. (STEDILE, 2003, p. 189).

Tendo em vista a busca por respostas sobre a temática da questão agrária e considerando a sua articulação direta com o modo de vida dos povos do campo, público-alvo do projeto de extensão Educaterra, levantou-se o seguinte questionamento: Qual a relação entre a propriedade da terra e a emancipação humana dos povos do campo? Por conseguinte, este estudo tem por objetivo analisar a relação entre a propriedade da terra e a emancipação humana dos povos do campo, na perspectiva de fortalecimento da construção da educação do campo e sua articulação com a questão agrária.

Metodologia

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, que, segundo Markoni e Lakatos, (2012, p. 43) “Trata-se do levantamento de bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito sobre determinado assunto”.

Os principais referenciais teóricos utilizados para este estudo foram Caldart (2003), Censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), (2020), Molina (2006) e Stédile (2003).

Resultados e Discussão

Os estudos sobre a questão agrária no Brasil nos mostram informações alarmantes quanto a concentração da terra no país e como o caráter dessa distribuição afeta a vida daqueles que mais necessitam da terra para produzir sua subsistência; os povos do campo. O censo produzido pelo IBGE (2020) mostra com clareza a disparidade existente no modo como a terra é distribuída, vejamos:

[...] em 2017, os estabelecimentos com menos de 50 hectares representavam 81,4% da quantidade total, mas ocupavam apenas 12,8% da área. Enquanto que os estabelecimentos com mais de 2500 hectares representavam 0,3% do total de estabelecimentos e ocupavam 32,8% da área de estabelecimentos do País. (IBGE, 2020).

Analisando o exposto, podemos perceber o quão é desigual a divisão da terra no Brasil. Existe claramente uma predominância abissal dos grandes latifundiários, que representando apenas 0,3% dos estabelecimentos (com mais de 2.500 hectares), detém 38,8% de todas as áreas com terras do país. Por outro lado, uma parcela bem maior de estabelecimentos possuem áreas de terra muito reduzidas se



comparadas às propriedades dos grandes latifúndios, pois, conforme a pesquisa, 81,4% dos estabelecimentos ocupam apenas 12,8% da área do país, ou seja, estabelecimentos com menos de 50 hectares.

O fato de que muitos trabalhadores do campo detenham apenas uma pequena fração de terra, ou até mesmo não possuam terras, refletem diretamente em suas condições de vida, pois a terra em pequena dimensão, muitas vezes não é o bastante para que os trabalhadores do campo produzam recursos suficientes para sua sobrevivência, o que os colocam em problemas graves de alimentação, higiene, moradia, educação e outros: impõe à classe trabalhadora do campo a pobreza e a miséria.

Percebe-se, com tudo isso, que o problema existente na estrutura agrária do Brasil, em que a distribuição da terra é muito concentrada nas mãos dos capitalistas do campo, tem inviabilizado o projeto de emancipação humana dos povos do campo, tendo em vista a extrema dificuldade em produzir a existência humana no campo. Sabendo disso, é primordial que esse assunto seja discutido e avaliado em diferentes contextos e dimensões, sobretudo, na área da educação do campo, pois é uma questão histórica, urgente, mas muitas vezes negligenciada, e um dos principais fatores que gera opressão e miséria para esses povos. Em relação à educação do campo e a importância de seu papel neste contexto agrário Molina (2006) faz as seguintes considerações:

A especificidade da Educação do Campo, em relação a outros diálogos sobre educação deve-se ao fato de sua permanente associação com as questões do desenvolvimento e do território no qual ela se enraiza. A afirmação de que só há sentido no debate sobre Educação do Campo como parte de uma reflexão maior sobre a construção de um Projeto de Nação, popular e revolucionário, é o chão inicial capaz de garantir o consenso dos que se reúnem em torno desta bandeira. (MOLINA, 2006, p. 10).

Com isso, entende-se que a educação do campo é um dos eixos estruturantes na construção de um projeto emancipador para os povos do campo, tendo em vista que suas vertentes remetem ao desenvolvimento e a preservação do campo, assim como dos povos que nele vivem. Por isso, é imprescindível que a educação do campo esteja sempre articulada às lutas por reforma agrária, fator determinante na perspectiva da emancipação humana dos povos pertencentes ao campo. Caldart (2003) afirma:

O processo da luta pela terra é que aos poucos foi mostrando que uma coisa tem a ver com a outra. Especialmente quando começaram a se multiplicar os desafios dos assentamentos, ficou mais fácil de perceber que a escola poderia ajudar nisso, desde que ela fosse diferente daquela de triste lembrança para muitas famílias. [...] E a escola, à medida que se ocupa e ocupa grande parte do tempo de vida especialmente da infância Sem Terra, se não se move junto, é de fato um freio no processo mais amplo. Sem ela não se constrói uma das bases culturais decisivas às mudanças sociais pretendidas pelo MST. (CALDART, 2003, p. 65).



Dessa forma, nota-se como a parceria entre escola e MST é um fator importante na construção de mudanças sociais, culturais e políticas, aspectos estes que serão a base para o desenvolvimento de um modo de produção contrário ao que vivenciamos e que é responsável pelas diversas desigualdades, social, agrária, existentes no país, que afetam, sobretudo, o campo. Ao inverso dessa realidade, almeja-se um modo de sociedade que não oprima os povos do campo e classes subalternas em geral, mas que lhes proporcione condições dignas de vida e de trabalho. Para isso, é essencial que aconteça reforma agrária, dada a sua importância no projeto de emancipação humana desses povos. Para Stédile (2003) alguns dos objetivos da reforma agrária podem ser elencados:

- a) garantir trabalho para todos os trabalhadores rurais sem terra com distribuição de renda e desenvolvimento cultural.
- b) Produzir alimentação farta, barata e de qualidade [...]
- c) Buscar permanentemente a justiça social, a igualdade de direitos em todos os aspectos: econômico, político, social, cultural e espiritual.[...]
- g) Preservar e recuperar os recursos naturais, como solo, águas, florestas etc. (STEDILE, 2003, p. 188).

Evidencia-se, assim, que os objetivos da reforma agrária são determinantes para a emancipação humana, que só serão alcançados com a divisão justa e igualitária na distribuição de terras, para que os trabalhadores do campo tenham plenas condições de produzir alimentos em abundância e saudáveis. Com a terra necessária para fazer o plantio será possível também que o trabalhador do campo conserve o solo, de modo que fique adequado para que por muito tempo produza safras satisfatórias para consumo imediato e para o período em que não ocorre plantio, no qual as famílias precisam armazenar alimentos. Entre os objetivos da reforma agrária está também a garantia de trabalho para os trabalhadores do campo, considerando que no sistema vigente são crescentes os números de empregos informais/desempregados.

Conclusões

Por fim, conclui-se que a propriedade da terra é um fator primordial para o processo de emancipação humana dos povos do campo, e para que o projeto de distribuição de terras justo e igualitário ocorra é preciso que aconteça uma política de reforma agrária, que supere a concentração de terras no país. Mas essa reforma agrária deve ser ampla (mudança da estrutura agrária), e não se restringir a distribuição de terras, mas também incluir ações no que se refere à abordagem da educação do campo.

A educação do campo, articulada ao projeto de reforma agrária, tende a fortalecer as bandeiras de luta dos povos do campo sem-terra, ou mini fundiários, ao discutir os problemas do latifúndio no Brasil e suas consequências sobre a vida desses povos, quando expõe e debate a difícil realidade imposta ao campo, como consequência dessa injustiça agrária, apontando métodos e caminhos, formando e informando na perspectiva da emancipação humana.



Referências bibliográficas

CALDART, Roseli Salette. Coletivo nacional de educação do MST e instituto técnico de capacitação e pesquisa da reforma agrária (ITERRA) Brasil. A escola do campo em movimento. **Currículo sem fronteiras**. v. 3, n, 1, p. 60-81, jan/jun 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estrutura fundiária. In: _____. **Atlas do espaço rural brasileiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. cap 2. p. 45-65. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101773>. Acesso em: 05 Jul. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas 2012.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do campo e pesquisa**: questões para reflexão. Brasília, Ministério do desenvolvimento agrário, 2006.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**: programas de reformas. Programa de reforma agrária do MST. São Paulo, Expressão Popular, 2003. 240 p.